Enfim, nosso PLC nº 13 já foi aprovado em todas as comissões. Já temos requerimento de urgência, inclusive, para que ele seja pautado e votado imediatamente, até porque no ano passado nós votamos a aposentadoria especial para os professores readaptados da rede estadual. Eu me lembro de que apresentei os dois projetos em 2013: PLC nº 1, professores readaptados e PLC nº 2, gestores, especialistas, diretores, coordenadores e supervisores de ensino.

Aprovamos, no ano passado, aqui, com a ajuda de todos os deputados, o PLC nº 1 que foi, inclusive, sancionado pelo ex-governador Márcio França. Fiquei muito feliz com isso, porque todos os meus projetos foram até hoje boicotados e vetados pelo Executivo. Depois, tive um trabalho imenso para derrubar vetos aqui. Mas esse foi direto, teve a sanção do governador Márcio França.

Ele disse, no final do ano, que enviaria um projeto de lei garantindo, estendendo esse direito aos diretores e supervisores, mas isso não aconteceu. Na ocasião, eu até falei que eu retiraria meu projeto se o governador enviasse, mas não enviou. E agora os diretores e supervisores ficaram na mão. Mas temos saída ainda. Vamos aprovar o PLC nº 2/2013, que resolve esse situação.

Então, audiência pública com diretores, supervisores, coordenadores. Já conversei com a Udemo, com a Apase. Os dois sindicatos estarão representados no dia da nossa audiência pública, então é muito importante que todos os especialistas da Educação, diretores, supervisores e coordenadores participem do nosso encontro, da nossa audiência pública, para que tenhamos a garantia também desse direito. Já há jurisprudência, há acórdão do Supremo Tribunal Federal garantindo esse direito também para os especialistas.

Mas o estado de São Paulo sempre negou direitos aos servidores. É aquilo que eu sempre disse, que, historicamente, o PSDB sempre colocou em curso no estado de São Paulo uma política de ódio aos servidores. Então, tudo que ele pode retirar, embargar para os servidores, ele faz, em todos os níveis. Está garantido em lei, mas ele não consegue, é um absurdo total.

Mas nós vamos aprovar o PLC nº 2/2013, aprovado já em todas as comissões, com pareceres favoráveis, já há requerimento de urgência, já aprovado pelo Plenário. Só falta aprovar o projeto. A Assembleia Legislativa tem que aprovar projetos, tem que derrubar os vetos do PLC 34, do PL 1257/2014, do Adriano Diogo. Enfim, há vários projetos, das 30 horas da Enfermagem, que nós aprovamos e o governador vetou. E tantos outros, da Delegacia da Mulher, que continuam fechadas no período noturno, e nós aprovamos o projeto da deputada Beth Sáhão, nessa linha, e tantos outros, e aprovar os projetos aqui. Temos que debater o projeto da autarquia do lamspe, que transforma o lamspe numa autarquia, mas com as emendas que nós apresentamos, as emendas apresentadas pelas entidades dos servidores. Enfim, nós temos que produzir, deputada Leci Brandão, deputado Bruno Caetano. E sobretudo aprovar, ainda nessa legislatura, o nosso PLC nº 2, de 2009. Nós já aprovamos para os professores readaptados, no final do ano passado, há jurisprudência, acórdão do Supremo Tribunal Federal garantindo o direito. O projeto está aqui pronto para ser votado, aprovado em todas as comissões, com pareceres favoráveis, com requerimento de urgência aprovado. Não é possível que a Assembleia Legislativa não tenha um mínimo de sensibilidade para fazer a defesa de um direito básico garantido por lei aos nossos servidores.

Então, faço aqui esse apelo aos deputados e deputadas, que não só participem da nossa audiência pública, dia 27, às 19 horas, no Franco Montoro, mas também que façam gestões para que o projeto seja aprovado ainda nessa legislatura.

Muito obrigado, deputada Leci Brandão.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - Deputada Leci Brandão, presidente. Queria fazer um comunicado, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - É regimental. Vossa Excelência pode usar a palavra.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Agradeço. Gostaria de continuar o nosso debate cotidiano com o colega, deputado Giannazi, e fazer alguns comentários sobre a política de gestão de pessoas aqui no governo do estado de São Paulo, nos últimos anos. Não é verdade que os governos do PSDB, como disse o nobre deputado Giannazi, não valorizam o servidor. No estado de São Paulo, desde 1995, os governos do PSDB, seja com Mário Covas, depois com Geraldo Alckmin, com José Serra, novamente com Geraldo Alckmin e agora com João Doria, sempre foram governos responsáveis, inclusive com os servidores. Agora, o que não se pode é esperar que o governador governe apenas para os servidores. Isso não é razoável. São 40 milhões de habitantes. Sem descuidar da política de gestão dos servidores, nos últimos anos, muitas coisas foram feitas no Estado. Mas especialmente em relação aos servidores vou aqui citar as duas maiores categorias de funcionalismo público: professores e policiais. Foram nos governos do PSDB que os bônus foram instituídos. Agora, existem regras no País, como a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o limite de gastos com o pessoal. E esse limite sempre foi observado nos governos do PSDB. Não é à toa que, dos 27 estados da Federação, São Paulo e mais outros dois estados apenas, nos últimos 20 anos, conseguiram honrar os salários dos seus servidores. Tivemos, ano passado e ano retrasado, com o auge da crise econômica, mais de 15 estados devendo salário para servidores. Aqui em São Paulo isso nunca aconteceu. Isso mostra que a política de gestão de pessoas, aqui no estado de São Paulo, sempre foi séria, correta, competente e equilibrada.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Deputado Carlos Giannazi, tem a palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Só antes de responder ao deputado Bruno Caetano, que sempre faz debates importantes aqui. O deputado chegou e já promove um debate que não existe mais na Assembleia Legislati-va. Mas vou comentar o seu posicionamento, deputado Bruno Caetano, mas antes eu quero só parabenizar aqui a nossa colega, professora da rede municipal de ensino, a professora Débora Garofalo. Ela é professora da Emef Ary Parreiras, da Diretoria de Santo Amaro, que fica ali no bairro de Santa Catarina. Eu conheço, inclusive, essa escola, moro lá perto. Fica lá perto da rua Alba, conhecida como a escola que fica na favela da Alba, uma região extremamente de exclusão social, de violência, enfim, marcada pelas drogas. Então, uma escola situada numa região de alta exclusão social. E a nossa professora, colega da rede municipal - digo colega porque também sou diretor, fui professor muito tempo da rede municipal de ensino aqui de São Paulo -, tem um trabalho pioneiro, protagonista, que está sendo reconhecido internacionalmente, tanto é que ela é finalista para ganhar o Prêmio Nobel de Educação. É uma professora brasileira que está concorrendo a este prêmio internacional. A imprensa vem divulgando isso, vários jornais estão falando da importância desse trabalho pedagógico e social da professora, que realiza um trabalho de robótica com sucata em uma região extremamente pobre, uma região difícil, de violência social, de exclusão social. Ela conseguiu furar o cerco e produzir um trabalho pedagógico importante, que está tendo reconhecimento internacional.

Então, temos que festejar, parabenizar e torcer pela professora Débora Garofalo, para que ela seja premiada internacionalmente. Ela já está sendo premiada só pelo reconhecimento de estar entre as finalistas, isso já é importante para todos nós. Isso mostra a importância da escola pública, a importância dos profissionais da Educação das redes públicas de ensino.

E ela realiza esse trabalho sem ajuda do governo, trabalhan-do também em condições precarizadas. Ela também é vítima do confisco salarial, do Sappamprev, e está sendo atacada junto com milhares de professoras pela política do Bruno Covas, que confisca salários e destrói a aposentadoria dos servidores. Fica aqui a nossa homenagem à professora Débora, da EMEF Ary Parreiras.

Só para concluir e terminar meu pronunciamento e minha intervenção de hoje, primeiramente, deputado Bruno Caetano, o estado de São Paulo é o mais rico da América Latina. É o mais rico do Brasil, o mais rico da Federação. Tem o maior orçamento da América Latina, do ponto de vista estadual. De forma contraditória, é o estado que tem um dos piores salários para o Magistério, tanto é que não paga o piso nacional salarial. O piso nacional salarial, hoje, instituído por lei, aprovado em 2008 pelo Congresso Nacional, sancionado e reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, é de 2.557 reais. O piso, o salário-base do estado de São Paulo, é inferior ao piso nacional salarial.

E tem mais: as carreiras dos servidores foram destruídas pelas sucessivas gestões do PSDB, começando com Mário Covas, com Rose Neubauer, que destruiu a carreira do Magistério Estadual, que nunca mais foi reerguida.

É sempre bom lembrar que outras leis foram aprovadas destruindo mais ainda a carreira, como, por exemplo, a Lei nº 1.093, que criou a figura do professor da categoria “O”. É do José Serra, esse projeto de lei aprovado aqui. Nós votamos contra, obstruímos, fomos à Justiça, mas ele tinha maioria e ainda tem. Não é à toa que reafirmamos que a Assembleia Legislativa é um puxadinho do PSDB, um puxadinho do governador. Aprovou.

Então, a carreira sempre foi destruída, sobretudo a carreira do Magistério. Os salários de nossos servidores são os mais baixos do Brasil. Quanto ganha um policial? Vamos perguntar ao deputado Telhada, ele pode explicar melhor a situação dos policiais militares. O deputado Delegado Olim pode falar aqui, ele fala com propriedade da situação de penúria dos servidores da Polícia Civil. E eu falo aqui com muita propriedade da situação do Magistério, dos servidores da Educação. É uma política de terra arrasada.

Só para concluir, deputada Leci Brandão: o estado de São Paulo não gasta nem o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois mantém uma política de archoo aos servidores, de arrocho salarial sem precedentes na história deste Estado. Então, o PSDB sempre arruinou e destruiu as carreiras dos servidores públicos do estado de São Paulo.

Muito obrigado, deputada Leci Brandão.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, quero fazer um comunicado para finalizar o debate com o deputado Giannazi. Agradeço a oportunidade desse debate, pois acho que a divergência de pensamento faz as pessoas refletirem. Imagino que quem está nos assistindo pela TV Assembleia possa cotejar um ponto de vista e outro, mas queria fazer um comentário sobre a fala do nobre deputado Giannazi, quando diz sobre o Orçamento do estado de São Paulo.

É verdade que o estado de São Paulo tem o maior Orçamento da Federação, se o compararmos com os dos outros estados. Mas também nós temos a maior população, o maior número de policiais, o maior número de professores e quando voce faz a disponibilidade do Orçamento do Estado pelo número de habitantes do estado de São Paulo, o chamado orçamento per capita, São Paulo, infelizmente, não é o estado mais rico da Federação.

Nós ficamos lá para décimo, décimo quinto colocado na Federação, quando encontramos disponibilidade orçamentária para cada habitante. Mas mesmo nessa condição de termos a maior população, portanto, a maior necessidade de construir uma rede de professores, uma rede educacional enorme, e de termos o maior contingente de policiais civis e militares do Brasil, mesmo assim, nos últimos 20 anos, não houve um único atraso de salário, nobre deputada Leci Brandão, de modo que com muita responsabilidade, valendo-se inclusive da Lei de Responsabilidade Fiscal, o estado de São Paulo tem honrado seus compromissos com os servidores do estado de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de quinta-feira, lembrando-os, ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de conceder o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo aos Srs. Adalberto Araújo Camelo, Antonio Carlos de Camargo e Mário Luiz de Camargo.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

ERRATA

Inclua-se na 93ª Sessão Ordinária, de 27/06/2017, publicada no D.O.E. - Poder Legislativo de 05/07/2017 – página 18, 2ª coluna.

27 DE JUNHO DE 2017 93ª SESSÃO ORDINÁRIA
Presidentes: GILENO GOMES e CAUÊ MACRIS Secretários: ED THOMAS, ESTEVAM GALVÃO e DOUTOR ULYSSES
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILENO GOMES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ED THOMAS

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h45min; reabrindo-a às 16h32min.

4 - ANDRÉ DO PRADO

Solicita a suspensão dos trabalhos por 30 minutos, por acordo de lideranças.

5 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h32min.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h.

7 - PAULO CORREA JR

Pelo art. 82, demonstra sua satisfação em ter participado, hoje, no Palácio do Governo, de audiência com secretários e o governador Geraldo Alckmin, na qual muitos municípios foram contemplados com indicação de emendas. Diz ser este o início de uma nova caminhada, com o crescimento da economia. Cumprimenta a população de Cubatão e Itariri, pelas emendas recebidas. Destaca as notícias sobre crimes ocorridos nas rodovias Anchieta e Imigrantes. Pede a atenção desta Casa e do comando da Polícia Militar com este problema. Cita as promessas da Ecovias de instalar nova iluminação nestas rodovias, que nunca se realizam. Registra sua indignação com os problemas enfrentados pela população que utiliza estas duas rodovias para chegar até a Baixada Santista. Pede o comprometimento do governador Geraldo Alckmin.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

9 - RAUL MARCELO

Para comunicação, discorre sobre a atuação da vice-prefeita de Sorocaba, Jaqueline Coutinho, delegada de polícia e com trabalho reconhecido na região. Afirma que a mesma recebeu uma notícia crime de falsificação de documentos, e ao relatar esta denúncia ao atual prefeito, foi mal tratada, humilhada e desrespeitada pelo mesmo. Ressalta que o prefeito é reincidente e que já fez diversos comunicados machistas. Afirma que está tomando medidas cabíveis junto à Justiça. Apela à vice-prefeita que faça um boletim de ocorrência de violência contra a mulher.

10 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Pelo art. 82, parabeniza os agentes fiscais presentes nas galerias. Pede que a PEC 05 seja colocada em votação até o final da semana. Informa que foi dada hoje notícia de sentença do TRF4, da região sul do País, de reformulação da decisão do juiz Sérgio Moro, absolvendo João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT. Lembra que o mesmo continua preso preventivamente após um ano. Ressalta que ninguém pode ser condenado baseando-se somente na delação de alguém. Pede que a justiça seja feita, mas afirma que não se pode passar por cima da lei. Menciona que há dúvida se o mesmo continuará preso ou não, já que está sendo julgado em outros processos. Afirma que o mesmo deve ter a sua liberdade preservada.

11 - MÁRCIO CAMARGO

Para comunicação, informa a população de Ibiúna que o governador Geraldo Alckmin assinou a duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao. Esclarece que foram investidos mais de 140 milhões de reais nesta área. Agradece o governador.

12 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, demonstra seu apoio à PEC 05. Ressalta sua luta para que o Governo cumpra a data-base de todos os servidores estaduais. Informa que os professores estão há quase quatro anos sem a reposição salarial. Menciona sua representação ao Ministério Público, há um mês, responsabilizando o governador Geraldo Alckmin pelo não cumprimento da data-base. Discorre sobre o não comparecimento do secretário José Renato Nalini à Comissão de Educação para prestar contas de sua gestão, que deve ser feita semestralmente. Afirma que a Justiça e o Ministério Público serão acionados. Diz ser este um desrespeito a esta Casa, às entidades e aos servidores da Educação. Critica a atual gestão, que está liquidando com as escolas públicas, com o fechamento de turnos e de salas de aula, falta de quadras para aulas de Educação Física, superlotação de salas, escolas de lata, entre outros. Considera que a Rede Estadual de Ensino foi destruída pelo Governor Geraldo Alckmin. Exige providências desta Casa. Exibe fotos de universidade de lata.

13 - MARCIA LIA

Pelo art. 82, cumprimenta os agentes fiscais presentes nas galerias. Informa que a colocação em pauta da PEC nº 05 é discutida todos os dias no Colégio de Líderes. Discorre sobre o artigo 2º do PL 253. Considera a redução dos prazos do processo inconstitucional, causando o favorecimento ou prejuízo de muitos consumidores. Ressalta que o repasse da arrecadação do IPVA para os prefeitos vai depender do poder discricionário do governador. Critica a continuidade da prisão de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, após sua absolvição hoje. Afirma que o juiz Sérgio Moro busca elementos para tentar condenar o ex-presidente Lula. Destaca que a lei que criou a delação deve ser corroborada por provas robustas.

14 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, discorre sobre o caso de Jaqueline Coutinho, vice-prefeita de Sorocaba, defensora das mulheres, que sempre lutou de maneira firme e consistente contra a violência doméstica. Afirma que o acontecido em Sorocaba ainda não foi esclarecido. Informa que o prefeito de Sorocaba já foi deputado nesta Casa. Ressalta que Jaqueline teve um papel fundamental na eleição do prefeito. Pede que ela faça um boletim de ocorrência, para que tenha os seus direitos preservados.

ORDEM DO DIA

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Campos Machado, com o número regimental de assinaturas, de Urgência ao PLC 01/17.

16 - MARCIA LIA

Solicita verificação de presença.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Interrompe a chamada de verificação de presença quando constata quórum. Coloca em votação o PL 806/16, salvo emendas.

18 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do PL 806/16, em nome do PTB.

19 - JORGE CARUSO

Encaminha a votação do PL 806/16, em nome do PMDB.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a visita do prefeito Antonio Escrivão, de Estrela d’Oeste, e de Alexandre José Cotrim, diretor de Indústria e Comércio de Estrela d’Oeste, além do ex-prefeito Ives, da mesma cidade, e de Gustavo, vereador de Sud Mennucci.

21 - MARCIA LIA

Encaminha a votação do PL 806/16, em nome da Minoria (aparteada pelo deputado Barros Munhoz).

22 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, cumprimenta o prefeito de Santa Salete, Jeder Fabiano, acompanhado de sua esposa Rafaela, Marcelo Buso e Claudia Borges, vereadores desta cidade. Combate o pronunciamento da deputada Marcia Lia. Afirma que foi o Governo do PT quem deixou 14 milhões de desempregados no País. Considera que o Governo anterior promoveu o maior desajuste econômico do País. Ressalta que os eleitores que votaram em Michel Temer foram os mesmos que votaram no PT.

23 - MARCIA LIA

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Carlão Pignatari. Afirma que sua candidata foi Dilma Rousseff e não Michel Temer. Ressalta que a responsabilidade da economia é de Michel Temer. Lamenta a falta de credibilidade do País.

24 - BETH SAHÃO

Encaminha a votação do PL 806/16, em nome do PT.

25 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, lamenta a falta de deputados na reunião do Conselho de Prerrogativas na última quarta-feira. Ressalta que havia uma pauta importante a ser discutida, entre ela a entrega de uma cartilha com recomendações de ordem ética e independência. Afirma que os suplentes poderiam ter comparecido à reunião. Cita a presença somente dele e do deputado Cássio Navarro.

26 - ENIO TATTO

Para comunicação, diz não ter recebido nenhum comunicado desta reunião.

27 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, afirma que todos os outros deputados sabiam da reunião, e avisaram dos motivos de suas ausências.

28 - RAUL MARCELO

Encaminha a votação do PL 806/16, em nome do PSOL.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação o PL 806/16, salvo emendas.

30 - MARCIA LIA

Requer verificação de presença.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Indefere o pedido de verificação de presença, em razão da presença de quórum regimental. Pede comportamento regimental dos Srs. Deputados presentes em plenário. Coloca em votação e declara aprovado o projeto salvo emendas.

32 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Requer verificação de votação.

33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

34 - CÁSSIO NAVARRO

Informa que a bancada do PMDB está em obstrução ao processo de votação.

35 - RICARDO MADALENA

Informa que a bancada do PR está em obstrução ao processo de votação.

36 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo de votação.

37 - EDSON GIRIBONI

Informa que a bancada do PV está em obstrução ao processo de votação.

38 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo de votação.

39 - LECI BRANDÃO

Informa que a bancada do PCdoB está em obstrução ao processo de votação.

40 - MARTA COSTA

Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo de votação.

41 - CELSO NASCIMENTO

Informa que a bancada do PSC está em obstrução ao processo de votação.

42 - ED THOMAS

Informa que a bancada do PSB está em obstrução ao processo de votação.

43 - WELLINGTON MOURA

Informa que a bancada do PRB está em obstrução ao processo de votação.

44 - GILENO GOMES

Informa que a bancada do PSL está em obstrução ao processo de votação.

45 - RAUL MARCELO

Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo de votação.

46 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental, ficando adiada a votação.

47 - ENIO TATTO

Para comunicação, pede desculpas ao presidente Cauê Macris pela sua postura. Afirma que durante todos os anos em que esteve nesta Casa, nenhum presidente nunca indeferiu um pedido de verificação de presença. Solicita que esta situação não se repita.

48 - CAMPOS MACHADO

Solicita a prorrogação da sessão por um minuto.

49 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Coloca em votação e declara aprovado o pedido de prorrogação da sessão por um minuto. Aceita os pedidos de desculpas do deputado Enio Tatto. Afirma que nenhum deputado nunca pegou o microfone do presidente. Pede que este tipo de acontecimento não se repita. Diz ter sido alertado anteriormente de que poderia ter este tipo de problema ao presidir as sessões na mesa mais próxima do plenário. Relata que foi informado pelo secretário geral parlamentar e pela assessoria da Mesa de que havia quórum regimental para a continuidade da sessão.

50 - BARROS MUNHOZ

Solicita prorrogação da sessão por dois minutos.

51 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita prorrogação da sessão por quatro minutos.

52 - BARROS MUNHOZ

Solicita prorrogação da sessão por cinco minutos.

53 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Coloca em votação e declara aprovado o pedido de prorrogação da sessão por cinco minutos.

54 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, afirma que mesmo que tivesse havido um erro, o mesmo não poderia ter decorrido de má fé. Defende a lisura do comportamento do presidente e de seus assessores.

55 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, informa que quando entrou no plenário contou o número de deputados presentes, e constatou que não existia o quórum regimental necessário para a continuidade da sessão. Critica a atitude do presidente em ter colocado o projeto em votação, mesmo havendo a dúvida da quantidade de deputados em plenário. Afirma que o problema seria o projeto ter sido aprovado sem a verificação de votação, já que o Governo tenta aprovar este projeto há algum tempo nesta Casa.

56 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Diz que o pedido de verificação de votação foi feito fora do momento correto. Ressalta que se existisse má fé, o projeto teria sido aprovado. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 28/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se às 19 horas e 16 minutos. Levanta a sessão.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 28/02/2019

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

BRUNO HENRIQUE DA SILVA, RG nº 436362600, matrícula nº 28374, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1029/2019);

DOUGLAS CALABIANQUI, RG nº 28686256, matrícula nº 26092, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1030/2019);

EMÍLIA NAOMI TODD LIEM, RG nº 237286415, matrícula nº 13244, do cargo que vem exercendo, em comissão, de GESTOR DE DIVISÃO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolu-ção 776/96.

(Decisão nº1031/2019);

GENTIL LOURENÇO DA SILVA, RG nº 7321235, matrícula nº 24274, do cargo que vem